

Dívida externa e inflação

Barbosa Lima Sobrinho

Tive oportunidade de me referir a diversos componentes do déficit público, responsável pela inflação que vem castigando o povo brasileiro. Mas não aludi ainda ao principal fator das emissões de papel-moeda, que me parece ser a dívida externa, que deve estar se aproximando dos 130 bilhões de dólares. Uma dívida que não toma conhecimento dos pagamentos realizados, como se comprova com os algarismos de 1982 a 1986, coligidos pelo Banco Mundial. Foi assim que, de 1982 a 1986, o Brasil pagou nada menos de 73 bilhões de dólares, enquanto a dívida passava de 73 bilhões a 110 bilhões, como se não houvesse sido feito nenhum pagamento. Os números exatos foram 73,3 bilhões em 1972 e 110,5 bilhões de dólares. Uma situação aparentemente paradoxal, o suficiente para fazer desanimar qualquer pagador escrupuloso. Para ganhar, afinal, a fama de caloteiro, na opinião de grande parte da imprensa brasileira.

O fato é que, com uma dívida monstruosa, o Brasil tem, diante de si, só para pagamento de juros, uma soma avaliada, por alto, em 12 bilhões de dólares. Na verdade, o Brasil pode emitir cruzados, não dólares. O cruzado não tem curso internacional. E a dívida precisa ser paga em dólares, e não em cruzados, que ninguém aceita fora de nossas fronteiras, com raras exceções, em países vizinhos. E isso mesmo com algumas dificuldades, quando as quantias não se tornam excessivas. Como se o cruzado fosse visto, fora de nosso território, como um portador de vírus maléficos.

Sim, o Brasil não emite dólares, embora possa tornar-se dôno dos que resultam de suas exportações de siderurgia, com as estatais que possui, e que não falta quem as procura arrancar, em programas de privatização, que privarão o Brasil dos únicos dólares que realmente conquista, e que talvez não excedam a 10% dos dólares de que precisa, para o pagamento de sua dívida externa. Onde vai conseguir os outros dólares, os 90% de seus compromissos? Não pode pagar em cruzados, por mais que os emitisse. Como sair dessa situação aparentemente insolúvel?

Tem necessariamente que comprar dólares. De quem, se os estrangeiros não recebem cruzados? Nem o OTN o poderia salvar, pois que, na verdade, não chega a ser moeda e, principalmente, também não tem curso internacional.

Como por uma estranha coincidência, o comércio exterior, que não é mais que um dos braços do capitalismo, regula a situação, criando excedentes no intercâmbio do Brasil, saldos que chegam quase como um milagre, em nossa balança comercial. Saldos que vêm crescendo, também por coincidência, com se tudo obedecesse a um comando superior. Os saldos assim obtidos trazem dólares para o Brasil.

Mas esses dólares têm donos. A parte do Estado é pequena, na correspondência com os produtos de suas siderúrgicas. Os outros, talvez 90%, cabem aos exportadores. Inserem-se no patrimônio particular de seus verdadeiros donos, que são comerciantes e exportadores. Não caberia ao governo brasileiro desapropriá-los, pois que isso, desanimando os exportadores, acabaria com o próprio comércio. A única solução que o Brasil encontra, para possuir esses dólares, e com eles pagar os juros de sua dívida externa, está em comprá-los de seus donos efetivos, os comerciantes exportadores. Mas comprar em que base? E com que dinheiro, mesmo que seja em cruzados?

É óbvio que precisa pagá-los pelo câmbio do dia, o câmbio oficial ou o câmbio paralelo. No paralelo, cresceria muito, com a cotação, por exemplo, do dia 17 de agosto, 267 para o oficial e 390 para o paralelo. O dono dos dólares se sente roubado, com as taxas do câmbio oficial, impostas pelo governo. Mas não tem como se defender. O poder do Estado vence as suas resistências, obrigando-o a vender o dólar pelo câmbio oficial. Uma diferença brutal, de 123 cruzados. É o câmbio do dia 17 de agosto está muito abaixo das taxas atuais, disparando o dólar no paralelo.

Como se está verificando, a despesa não é pequena, nessa compra de dólares aos exportadores, para o pagamento dos juros da dívida externa. Vamos admitir que precise apenas de 10 bilhões de dólares, completados com os dólares das siderúrgicas. Basta multiplicar por 10 os 267 do câmbio oficial, para encontrar dois trilhões, seiscentos e setenta bilhões de cruzados. Sebastião Barreto Campelo, que me parece ser o assessor técnico da bancada pernambucana, na Câmara dos Deputados, e não sei por que não o será da própria Câmara, calcula que tudo iria para cerca de cinco trilhões de cruzados. Como o Brasil não dispõe de reservas, tudo teria que se incluir no déficit público e, necessariamente, para a omissão de papel-moeda, ou de títulos da dívida pública interna. E não será essa emissão um dos maiores responsáveis pela inflação brasileira?

Com outra consequência, que não deve ser esquecida. Essa procura de dólares não pode deixar de concorrer para a cotação dessa moeda, que vem descendo nos países de moeda forte, como o ien japonês e o marco alemão, enquanto não pára de crescer nos desgraçados países devedores do Terceiro Mundo. A dívida externa sobe duas vezes, no total da dívida, como acabamos de ver, no câmbio oficial ou no câmbio paralelo, e no valor do dólar. Desse modo se comprehende a razão pela qual, de 1982 a 1986, o pagamento de 73,6 bilhões de dólares não teve outro efeito do que o de ver a dívida externa subir de 71,3 bilhões de dólares para 110,5 bilhões, nos dados apurados pelo próprio Banco Mundial.

Uma situação que faz lembrar a da Alemanha, sob o peso das reparações impostas pelo Tratado de Paz de Versalhes, como há pouco nos recordava, em excelente entrevista, o professor Dirk Berg-Schlosser, da Universidade Philips, em Marburgo, na Alemanha Ocidental. Para ele, as duas situações se identificam, a da Alemanha Ocidental, vencida em 1918, e a do Brasil, que figura entre os vencedores da Segunda Guerra Mundial. Nos dois países, o mesmo fenômeno, o esmagamento sob o peso dos compromissos externos. "Não existe, ensina ele, suficiente elasticidade da demanda para os produtos agrícolas, que o país exporta. Se o Brasil tentar colocar cada vez mais café e soja no mercado internacional, os preços acabarão caindo e, no final, o produto da exportação será menor", observa o professor alemão, numa entrevista esclarecedora, publicada na revista *Veja*.

É pena que o Brasil, numa política de feijão com arroz, não siga as lições do professor alemão, com a experiência da inflação alemã de 1923, que teve os efeitos de um terremoto, pelas vítimas que foi somando, nas especulações em torno do marco alemão, confiados na recuperação de sua economia. Nesse ponto, até que podemos ficar tranqüilos: o nosso infeliz cruzado não animará ninguém, pois está muito longe do marco e, sobretudo, da força e prestígio da economia alemã.